

**TERRA PROMETIDA**  
**DOENÇAS E HUMILHAÇÕES NO XINGU**  
**Parque dividido entre tribos**

Em janeiro de 1975, a transferência e o confinamento dos panará no Xingu — que, em lugar do território tradicional, passaram a dividir o parque ao lado de 16 grupos indígenas distintos — incendiou a polêmica entre indigenistas e antropólogos.

Enquanto isso, rapidamente o território indígena era invadido: no lugar onde estava a maior aldeia cresceu a cidade de Matupá. No Vale do Rio Peixoto de Azevedo brotaram 23 cidades e povoados.

A remoção para o PQXIN se deu por etapas. Os índios mal sabiam que estavam abandonando definitivamente seus territórios tradicionais. O dia 11 de janeiro de 1975 marcou o fim da retirada dos últimos 79 panará do Peixoto de Azevedo. Mais do que uma iniciativa de remoção, para o governo tratava-se de uma operação de salvamento: até aquele ano, cerca de 90% da população computada em 1968 havia morrido.

Ao chegar no Xingu, os panará enfrentaram novas dificuldades, em particular, o contato com os metuktire caiapó, seus tradicionais inimigos. O confronto entre eles reacendeu a chama da revolta nos panará, que haviam perdido parentes no ataque caiapó à aldeia Sonkênasã, em 1968.

Ao lado dos caiapó, os Panará não sofreram fome ou desabrigo, mas "as amarguras de uma guerra calada, não declarada". Os caiapó lhes impuseram a humilhação de ver seus rituais e cerimônias desativados, suas mulheres e crianças usadas.

Foi às margens do rio Suyá-Missu — na sua primeira aldeia própria no Xingu — que os panará começaram a se recuperar. Plantaram roça própria, fundaram aldeia, reinstauraram ritos, danças, cantos tradicionais. Os homens aprenderam a pescar com linha e anzol e a fazer canoas. Surgiram novas lideranças; eles voltaram a se multiplicar. Em 1980, já eram 84 indivíduos; em 1982, 95. De anos mais tarde, somavam 135 pessoas.

O crescimento dos panará foi várias vezes ameaçado, porém, por novas epidemias. Meningite e tuberculose rondavam no ano de 1983 e foi então que eles decidiram promover nova mudança, desta vez para a margem esquerda do Rio Xingu, abaixo da BR-080 e, de lá, para a região que se encontra no limite Oeste da fronteira do parque, no Rio Arraias, próximo à foz do Manitsauá Missu. Foi onde conseguiram viver enquanto grupo independente.



Krenakarore em foto dos anos 70

**Mito do gigantismo cai em 1973: auge do extermínio**

No começo dos anos 70, a descoberta dos krenakarore/panará recebeu ampla cobertura do JT e de outros veículos da imprensa. Eles foram chamados de "índios gigantes" porque se pensava que se tratava de uma tribo de homens e mulheres com 2 m de altura ou mais. Pelo menos essa era a imagem que deles tiveram os irmãos Villas-Boas, que os haviam avistado pela primeira vez em 1949 na Serra do Cachimbo (PA). Em 1973, o mito caiu por terra: descobriu-se que os krenakarore não eram gigantes e que estavam sendo exterminados.



Chamados de krenakarore na década de 70, os índios panará quase se extinguiram com a construção da BR-163

**'ÍNDIOS GIGANTES' QUEREM VOLTAR PARA SUA CASA**  
**Portaria delimitando área entre Mato Grosso e Pará deve sair nos próximos dias**  
 MARLEINE COHEN, especial para o JT

Deve sair nos próximos dias, no *Diário Oficial da União*, a declaração do governo federal delimitando a porção remanescente do território tradicional dos índios panará na cabeceira do Rio Iriri, na fronteira do Estado do Mato Grosso com o do Pará. A área, de 488 mil hectares, foi reivindicada pela comunidade panará em ação contra a União, a Funai e o Incra em agosto de 1994.

A portaria do ministro da Justiça, Nelson Jobim, representará um passo importante para a consolidação do caminho de volta dos chamados, na década de 70, "índios gigantes" ou krenakarore, depois de uma permanência de duas décadas no Parque Indígena do Xingu (PQXIN), para onde foram removidos em meio a grande surto de mortandade.

A delimitação poderá colocar um ponto final numa saga que quase extinguiu os panará e que foi documentada no vídeo *O Brasil Grande e os Índios Gigantes*, do cineasta Aurélio Michils, a ser exibido proximamente pela TV Cultura de São Paulo.

Cultivando séculos de isolamento, os índios panará, cuja lenda foi fartamente explorada pela mídia, experi-



mentaram, nos anos 70, os frutos do contato com o homem branco: com o território tradicional rasgado por um veio de cimento, a BR-163, conheceram a doença, a prostituição, a morte, quase o extermínio. Transferidos para o Xingu, os "Índios gigantes" iniciaram verdadeira cruzada para voltar para casa.

Em 1967, os panará viram pela primeira vez um avião sobrevoando a aldeia Sonkênasã, nos arredores da Serra do Cachimbo, e logo o apelidaram de *pakyã akriti*, isto é, falsa estrela cadente. Munidos de arcos e flechas, investiram contra o invasor. Nenhum projétil atingiu, todavia, o avião que levava a bordo

o sertanista Claudio Villas-Boas, em busca dos índios para pacificá-los antes que a estrada Cuiabá-Santarém chegasse às terras deles.

Foram necessários mais cinco anos para que, em 1973, os irmãos Villas-Boas finalmente conseguissem fazer contato com os panará, cujo hábito de montar e desmontar aldeias traduzia a firme determinação de sempre fugir dos brancos.

Quem primeiro explorou e descreveu o local onde viviam — uma floresta fechada, na bacia do Rio Peixoto de Azevedo — foi o próprio Antonio Peixoto de Azevedo, que os avistou em 1819.

Os panará ocupavam toda a bacia do Peixoto de Azevedo, a Serra do Cachimbo e as cabeceiras do Iriri e do Ipiranga, uma região de mata cerrada irrigada por um mosaico de pequenos rios e córregos.

A estrada trouxe doenças aos panará. Gripe, açúcar, cachaca e prostituição das mulheres e crianças os atingiram em cheio. A degradação da qualidade de vida dos panará foi tão violenta que, ainda em 1973, Orlando Villas-Boas chegou a condicionar a sobrevivência da etnia à demarcação urgente de uma reserva indígena.

**HISTÓRIA DE EXTERMÍNIO**  
**A MORTE NA ROTA DAS MIGRAÇÕES**  
**Conflitos nas frentes de expansão**



No século 19, por causa de conflitos com colonos, os antepassados dos panará migraram da fronteira de São Paulo rumo ao Noroeste

contato do Serviço de Proteção ao Índio aconteceu em 1967, mas acabou frustrada. Pouco depois, os panará foram atacados por caiapó mekragnoti armados com espingardas. Sem poder reagir, quase foram massacrados: morreram 26

indivíduos de um total estimado de 600 índios. A aldeia Sonkênasã também foi incendiada. Coube aos irmãos Villas-Boas montar a segunda expedição em 1968. Apesar de um princípio de contato, interromperam a expedi-

**BATALHA JURÍDICA**  
**TERRAS PARA OS PANARÁ**  
**Tribo exige justiça**

A principal crítica dos panará ao local onde fixaram aldeia no Xingu sempre foi a "falta de terra boa" para a agricultura. Por isso, em 31 de outubro de 1991, a comunidade decidiu deflagrar o processo de volta para o território tradicional. O efetivo reconhecimento da área aconteceu a 2 de novembro.

A bacia apresentava um aspecto desolador: garimpos e fazendas haviam derrubado as matas e poluído os rios. Os índios ficaram indignados e exigiram satisfação.

De volta a Matupá, sobrevoando a região, identificaram seis das oito aldeias que possuíam completamente ocupadas por garimpos e projetos de colonização e pecuária. Foi então que surgiu a ideia de reivindicar em juízo uma indenização pela ocupação e destruição das terras. Ao mesmo tempo, constataram que um trecho do território tradicional, não distante da Serra do Cachimbo e da cabeceira do Rio Iriri, ainda estava preservado.

Assim chegou-se a um consenso: em troca de grande parte de seu território tradicional, eles reivindicariam apenas a área sem ocupação efetiva, de 488 mil hectares, nas cabeceiras dos Rios Iriri e Ipiranga, incluindo uma gleba do Incra, no Mato Grosso, e áreas da antiga Base Aérea do Cachimbo, no Pará, transformada em 1979 em "Campo de Provas das Forças Armadas" e, em 1982, em "Campo de Provas do Cachimbo", sob administração do Exército e da Aeronáutica. A proposta foi apresentada a 15 de março de 1993. Simultaneamente, em Brasília, a 2 de agosto de 1994, a comunidade apresentou na 8ª Vara da Justiça Federal uma "ação declaratória" contra a União Federal, a Funai e o Incra.



Índio na terra devastada



Pedindo esmolas na estrada

Os panará reivindicaram uma declaração de que a área tradicional panará destina-se à posse permanente e usufruto dos índios e exigiu a demarcação de parte de seu território, na cabeceira do Iriri.

Em setembro, a Funai constituiu um grupo de trabalho para proceder à identificação da área, mas, durante a viagem de cinco dias Rio Iriri acima, constatou que, não distante da futura aldeia dos panará, havia um grupo de pistoleiros a serviço de fazendeiros e políticos influentes, que, além de armas, estava equipado de motosserras e tinha como meta grilar as terras.

Em seu "Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Panará", a Funai ressaltou, em dezembro de 94, que a demarcação constituía "garantia de que o território, ainda não devastado, não venha a ser objeto de apropriações territoriais estranhas aos seus interesses". Em 14 de dezembro, o *Diário Oficial da União* publicou o Parecer nº 179 da Funai, propondo a delimitação da Terra Indígena Panará — 488 mil hectares nos municípios de Guarantã, Mato Grosso, e Altamira, Pará, na fronteira entre os dois Estados.

Com o parecer, a Funai encaminhou ao ministro Jobim o processo de reconhecimento da área panará. Cabe a ele, agora, assinar uma portaria e declarar a posse permanente. Marleine Cohen é jornalista e editora-assistente do jornal *Parabólicas*, do Instituto Socioambiental.